



Verene Energia S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias individuais e
consolidadas em 30 de junho de 2026

Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	1
BALANÇO PATRIMONIAL	5
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	16
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	17
4. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS	17
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	22
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	23
7. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	23
8. ATIVO DE CONTRATO	25
9. INVESTIMENTOS.....	26
10. FORNECEDORES	29
11. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES	29
12. PIS E COFINS DIFERIDOS	35
13. PROVISÕES.....	36
14. PARTES RELACIONADAS.....	37
15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	37
16. OUTROS PASSIVOS	38
17. DIVIDENDOS A PAGAR.....	39
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39
19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	41
20. CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	41
21. RESULTADO FINANCEIRO	42
22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	43
23. RISCOS REGULATÓRIOS E AMBIENTAIS	45
24. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	46
25. SEGUROS.....	47



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Verene Energia S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Verene Energia S.A. ("Companhia"), em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como o balanço patrimonial consolidado da Companhia e suas controladas ("Consolidado") em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o



Verene Energia S.A.

período de seis meses findo nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2026

A handwritten signature in black ink, which appears to read 'Bruno Guedes Monteiro'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	20	30	91.938	164.339
Títulos e valores mobiliários	6	10.254	10.030	509.001	619.342
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7	-	-	242.130	242.977
Ativo de contrato	8	-	-	1.709.564	1.650.264
Impostos e contribuições a recuperar		1.893	1.804	117.232	130.330
Adiantamento a fornecedores		289	142	8.017	8.144
Serviços de P&D		-	-	17.943	17.346
Dividendos a receber	14	4.636	349.087	-	-
Partes relacionadas	14	1.638	736	-	-
Outros créditos a receber		12	23	13.302	18.972
Total do ativo circulante		18.742	361.852	2.709.127	2.851.714
Não circulante					
Impostos e contribuições a recuperar		-	-	10	10
Títulos de crédito a receber		-	-	33.860	36.459
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	101.932	100.431
Depósitos e cauções		-	-	26.992	26.177
Ativo de contrato	8	-	-	17.651.377	17.572.307
Investimentos	9	8.354.303	8.120.024	-	-
Imobilizado		291	340	5.508	8.064
Bens de direito de uso		3.826	4.304	3.826	4.327
Intangível		387	387	19.286	14.715
Total do ativo não circulante		8.358.807	8.125.055	17.842.791	17.762.490
Total do ativo		8.377.549	8.486.907	20.551.918	20.614.204

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Circulante					
Fornecedores	10	891	5.617	67.498	95.723
Empréstimos e debêntures	11	-	-	452.287	578.044
Obrigações tributárias e encargos		1.722	21	35.018	68.025
Encargos setoriais		-	-	28.703	25.375
Pis e Cofins diferidos	12	-	-	151.520	50.259
Dividendos a pagar	17	35.865	512.734	35.865	512.734
Obrigações trabalhistas		472	990	8.451	8.372
Partes relacionadas	14	2.551	2.551	-	-
Outros passivos	16	1.502	1.231	68.714	69.752
Total do passivo circulante		43.003	523.144	848.056	1.408.284
Não circulante					
Empréstimos e debêntures	11	-	-	6.294.388	6.171.263
Pis e Cofins diferidos	12	-	-	1.248.855	1.330.002
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	15	109.373	111.999	3.834.535	3.745.457
Contas a pagar de aquisição		-	-	22.780	29.049
Outros passivos	16	3.073	3.507	81.204	81.892
Total do passivo não circulante		112.446	115.506	11.481.762	11.357.663
Total dos passivos		155.449	638.650	12.329.818	12.765.947
Patrimônio líquido					
Capital social	18 a	743.997	743.997	743.997	743.997
Reserva legal	18 b	80.993	80.993	80.993	80.993
Reserva de capital	18 b	6.206.960	6.206.960	6.206.960	6.206.960
Reservas de lucros	18 b	816.307	816.307	816.307	816.307
Lucro líquido do período		373.843	-	373.843	-
Total do patrimônio líquido		8.222.100	7.848.257	8.222.100	7.848.257
Total do passivo e patrimônio líquido		8.377.549	8.486.907	20.551.918	20.614.204

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receita operacional líquida	19	-	-	1.023.006	282.948
Custo dos serviços prestados	20	-	-	(58.496)	(46.010)
Lucro bruto		-	-	964.510	236.938
Despesas gerais e administrativas	20	9.388	(31.965)	(117.507)	(51.037)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	101	444	4.080
Total de despesas operacionais		9.388	(31.864)	(117.063)	(46.957)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		9.388	(31.864)	847.447	189.981
Receitas financeiras		918	130	58.955	18.224
Despesas financeiras		(247)	(19.995)	(389.494)	(123.919)
Resultado financeiro	21	671	(19.865)	(330.539)	(105.695)
Resultado de equivalência patrimonial	9	366.176	97.668	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		376.235	45.939	516.908	84.286
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(2.392)	-	(31.850)	(5.708)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		-	1.099	(111.215)	(31.540)
Impostos sobre o lucro	15	(2.392)	1.099	(143.065)	(37.248)
Lucro líquido do período		373.843	47.038	373.843	47.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Lucro líquido do período	373.843	47.038	373.843	47.038
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-
Total resultados abrangentes	373.843	47.038	373.843	47.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Verene Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reservas de lucros a realizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2024		195.233	1.640.007	11.043	76.067	-	1.922.350
Integralização de capital e reserva	18	9.845	88.610	-	-	-	98.455
Lucro líquido do período		-	-	-	-	47.038	47.038
Saldos em 30 de junho de 2025		205.078	1.728.617	11.043	76.067	47.038	2.067.843
Saldos em 31 de dezembro de 2025		743.997	6.206.960	80.993	816.307	-	7.848.257
Lucro líquido do período		-	-	-	-	373.843	373.843
Saldos em 30 de junho de 2026		743.997	6.206.960	80.993	816.307	373.843	8.222.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		376.235	45.939	516.908	84.286
Ajuste para:					-
Depreciação e amortização do imobilizado e intangível, incluindo realização da mais-valia		7.721	78	65.943	539
Juros sobre empréstimos, debêntures e amortizações		-	-	374.878	94.362
Provisão para PIS e COFINS diferidos		-	-	20.114	12.580
Receita de atualização de ativo de contrato	19	-	-	(1.054.787)	(317.641)
Receita de operação e manutenção	19	-	-	(79.229)	(28.900)
Juros partes relacionadas		-	19.958	-	19.958
Rendimentos de títulos e valores mobiliários		(930)	(132)	(59.774)	(16.711)
Provisão	7	-	-	11.285	-
Resultado de equivalência patrimonial		(366.176)	(100.898)	-	-
		16.850	(35.055)	(204.662)	(151.527)
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7	-	-	897.958	232.199
Impostos e contribuições a recuperar		(89)	2	13.098	(16.494)
Adiantamento a fornecedores		(147)	6	127	(4.079)
Depósitos judiciais		-	-	(815)	(3.181)
Outros ativos		11	85	7.672	4.942
Partes relacionadas		(902)	(19.819)	-	(19.819)
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos		(2.393)	-	-	-
Fornecedores		(4.726)	62	(28.225)	18.984
Obrigações tributárias		1.701	38	(53.530)	(1.263)
Obrigações trabalhistas		(518)	16	79	(198)
Contas a pagar de aquisição		-	-	(6.269)	(4.754)
Outros passivos		315	-	2.103	23.108
Caixa líquido gerado (utilizado nas) das atividades operacionais		10.102	(54.665)	627.536	77.918
Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures		-	-	(209.825)	(57.074)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(11.327)	(2.792)
Caixa líquido gerado (utilizado nas) das atividades operacionais		10.102	(54.665)	406.384	18.052
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários		706	(22.328)	168.614	(105.208)
Aquisição de imobilizado		49	(687)	(2.845)	178.816
Dividendos recebidos		466.002	18.767	-	-
Investimento em controladas		-	(40.010)	-	(220.737)
Caixa líquido gerado (utilizado nas) das atividades de investimento		466.757	(44.258)	165.769	(147.129)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captação de empréstimo	11	-	-	400.000	-
Amortização de empréstimos e debêntures	11	-	-	(567.685)	(29.657)
Integralização de capital e reserva	18	-	98.455	-	98.455
Pagamento de dividendos	17	(476.869)	-	(476.869)	-
Caixa líquido gerado (utilizado nas) das atividades de financiamento		(476.869)	98.455	(644.554)	68.798
(Redução) em caixa e equivalentes de caixa		(10)	(468)	(72.401)	(60.279)
Variação de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do Período		30	638	164.339	71.240
Caixa e equivalentes de caixa no final do Período		20	170	91.938	10.961
(Redução) em caixa e equivalentes de caixa		(10)	(468)	(72.401)	(60.279)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Verene Energia S.A. ("Verene" ou "Companhia" e em conjunto com suas controladas "Grupo") é uma sociedade anônima privada de capital fechado constituída em 28 de março de 2022, cujo objeto social é: (a) deter participação acionária em entidades nacionais e estrangeiras, atuando no setor elétrico, como sócio ou acionista, assim como a associação com outras entidades; (b) participar de leilões e desenvolver qualquer outra atividade ou atividade relacionada, complementar ou relacionada, que seja de alguma forma útil para atingir o objetivo corporativo; (c) estudar, planejar, projetar, construir, operar e manter sistemas de energia elétrica, linhas de transmissão, subestações e centros de controle, assim como a respectiva infraestrutura; (d) explorar, isoladamente ou em conjunto com outras entidades, a prestação de serviços que estejam direta ou indiretamente relacionados com seu objeto social; (e) implementar e operar sistemas elétricos, incluindo geração, distribuição e transmissão, de acordo com os limites eventualmente estabelecidos pela Administração Pública; (f) prestar serviços públicos de energia elétrica delegados à Companhia ou cuja exploração tenha sido concedida à Companhia pela Administração Pública; e (g) executar serviços de engenharia básica e detalhada, o processo de busca e compra, execução de construção, comissionamento, O&M de sistemas relacionados com o setor elétrico.

Seus acionistas são *La Caisse (Caisse de Dépôt et Placement du Québec - CDPQ)* e CDP Groupe Infrastructures Inc., com participações de 64.439 ações ordinárias, equivalente a 99,99% das ações e 01 ação ordinária, equivalente a 0,01% das ações, respectivamente.

Em 31 de outubro de 2025, a IEB adquiriu a Equatorial Transmissão S.A. e suas controladas. Vide informações detalhadas nas notas explicativas 4 e 9, combinação de negócios e investimento respectivamente.

Em 15 de maio de 2026, os acionistas da Companhia, Caisse de dépôt et placement du Québec ("La Caisse") e Grupo Energía Bogotá S.A. E.S.P. ("GEB"), celebraram acordo visando à combinação de seus ativos de transmissão de energia elétrica no Brasil por meio da Verene Energia S.A. Em 13 de julho de 2026, a operação obteve aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a transação permanece sujeita ao cumprimento das demais condições precedentes aplicáveis, incluindo aprovações regulatórias e consentimentos contratuais remanescentes, razão pela qual nenhum efeito decorrente da operação foi reconhecido nas presentes demonstrações financeiras intermediárias.

1.1. Controladas

As controladas, direta e indiretamente, da Companhia atuam no segmento de transmissão de energia elétrica, conforme detalhado abaixo.

Controladas	Segmento	Participação	% de participação	
			30/06/2026	31/12/2025
SPE Santa Lúcia Transmissora de Energia S.A. ("SLTE")	Transmissão	Direta	100%	100%
SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A. ("SMTE")	Transmissão	Direta	100%	100%
SPE Transmissora de Energia Linha Verde II ("LV II")	Transmissão	Direta	100%	100%
SPE Transmissora de Energia Linha Verde I ("LV I")	Transmissão	Direta	100%	100%
Infraestrutura e Energia Brasil S.A. – IEB("IEB")	Holding	Direta	100%	100%
Controladas IEB (indiretas da Verene)				
- Integração Transmissora de Energia S.A. ("Intesa")	Transmissão	Indireta	100%	100%

- Belém Transmissora de Energia S.A. ("Belém")	Transmissão	Indireta	100%	100%
- Verene Transmissão Subholding S.A. ("Verene Subholding")	Holding	Indireta	100%	100%
Controladas Verene Subholding (indiretas da IEB e Verene)				
- Barreiras Transmissão Subholding S.A. ("Barreiras")	Transmissão	Indireta	100%	100%
- Buritirama Transmissora de Energia S.A. ("Buritirama")	Transmissão	Indireta	100%	100%
- Vale do Sertão Transmissão de Energia S.A. ("Vale do Sertão")	Transmissão	Indireta	100%	100%
- Jaíba Transmissora de Energia S.A. ("Jaíba")	Transmissão	Indireta	100%	100%
- Alto Sertão Transmissora de Energia S.A. ("Alto Sertão")	Transmissão	Indireta	100%	100%
- Presidente Juscelino Transmissora de Energia S.A. ("Presidente Juscelino")	Transmissão	Indireta	100%	100%
- Tapajós Transmissora de Energia S.A. ("Tapajós")	Transmissão	Indireta	100%	100%
- Verene Transmissão Subholding 2 S.A. ("Verene Subholding 2")	Holding	Indireta	100%	100%

1.2. Contratos de concessão

A Companhia e suas controladas possuem o direito de explorar os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Controladas diretas	Contrato de concessão	Prazo	Término do contrato
SLTE	07/2017	30 anos	11/03/2046
SMTE	03/2016	30 anos	18/01/2046
LV II	07/2018	30 anos	08/03/2048
LV I	07/2018	30 anos	08/03/2048
Controladas Indiretas	Contrato de concessão	Prazo	Término do contrato
Intesa	002/2006	30 anos	27/04/2036
Belém	20/2017	30 anos	09/02/2047
EQTT			
Barreiras	007/2017	30 anos	09/02/2047
Buritirama	008/2017	30 anos	09/02/2047
Vale do Sertão	010/2017	30 anos	09/02/2047
Jaíba	012/2017	30 anos	09/02/2047
Alto Sertão	013/2017	30 anos	09/02/2047
Presidente Juscelino	014/2017	30 anos	09/02/2047
Tapajós	048/2017	30 anos	20/07/2047

1.3. Contratos de concessão

Pela prestação do serviço público de transmissão a Companhia recebe mensalmente a RAP, auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA").

	RAP		Índice de correção
	2025-2026 *	2024-2025 **	
Controladas diretas			
SLTE	103.170	97.959	IPCA
SMTE	32.188	30.563	IPCA
LV II	48.555	46.103	IPCA
LV I	47.985	45.561	IPCA
Controladas indiretas			
Intesa	123.776	117.524	IPCA
Belém	136.993	130.073	IPCA
Verene Subholding			
- Barreiras	119.866	113.812	IPCA
- Buritirama	107.467	102.039	IPCA
- Vale do Sertão	156.658	148.744	IPCA
- Jaíba	282.653	268.376	IPCA
- Alto Sertão	130.419	123.832	IPCA
- Presidente Juscelino	161.719	153.550	IPCA
- Tapajós	203.761	193.469	IPCA

* Resolução Homologatória nº 3.481, de 15 de julho de 2025 aprovou o ajuste de 5,32%

** Resolução Homologatória nº 3.348, de 15 de julho de 2024 aprovou o ajuste de 3,93%

• Atualização da RAP das Controladas

Em 22 de junho de 2026, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou o reajuste da Receita Anual Permitida (RAP) em 4,72%, para o ciclo tarifário 2026-2027, como segue:

	RAP Ciclo 2026-2027	Despacho	Aplicação ciclo 2026-2027
Controladas diretas			
SLTE	105.122	2.268/2026	01.07.2026
SMTE	32.914	2.268/2026	01.07.2026
LV II	50.849	2.268/2026	01.07.2026
LV I	50.252	2.268/2026	01.07.2026
Controladas indiretas			
Intesa	129.624	2.268/2026	01.07.2026
Belém	143.465	2.268/2026	01.07.2026
Verene Subholding			
- Barreiras	125.537	2.268/2026	01.07.2026
- Buritirama	112.545	2.268/2026	01.07.2026
- Vale do Sertão	164.059	2.268/2026	01.07.2026
- Jaíba	296.008	2.268/2026	01.07.2026
- Alto Sertão	136.581	2.268/2026	01.07.2026
- Presidente Juscelino	169.359	2.268/2026	01.07.2026
- Tapajós	213.388	2.268/2026	01.07.2026

As últimas Revisões Tarifárias Periódicas (RTPs) nas controladas ocorreram conforme a seguir:

Controladas diretas	Normativo	Efeito da revisão tarifária	Data aplicação
SLTE	DSP 2.163/2026	1,89%	01/07/2026
SMTE	DSP 2.163/2026	2,25%	01/07/2026
LV II ¹	-	-	-
LV I	REH 3.205/2023	1,55%	01/07/2023

Controlada	REH	Efeito da revisão tarifária	Data aplicação
Intesa	REH 3.343/2024	-3,80%	01/07/2024
Belém	REH 3.050/2022	9,63%	01/07/2022
Verene Subholding			
- Barreiras	REH 3.050/2022	9,38%	01/06/2022
- Buritirama	REH 3.050/2022	9,39%	01/06/2022
- Vale do Sertão	REH 3.050/2022	9,39%	01/06/2022
- Jaíba	REH 3.050/2022	9,43%	01/06/2022
- Alto Sertão	REH 3.050/2022	9,42%	01/06/2022
- Presidente Juscelino	REH 3.050/2022	9,44%	01/06/2022
- Tapajós	REH 3.348/2024	4,56%	01/07/2024

¹ A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária prevista para o ano de 2023, não ocorreu, visto que na REH 3.216/2023, que estabeleceu a RAP 2023-2024, a revisão tarifária não foi considerada. Em 05 de dezembro de 2023, a ANEEL publicou o Despacho nº 4.675, retificando a RAP homologada para o ciclo 2023-2024, passando a ser R\$ 44.361, o que representou uma redução de 2,24%. O valor recebido a maior durante o ciclo gerou uma diferença negativa, classificada como Parcela de Ajuste (PA), no ciclo 2024-2025.

A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão ("CPST"). A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção das transmissoras, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive o mês do evento. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, as transmissoras estarão sujeitas à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. Os primeiros 6 meses de operação comercial configuram período de carência, onde a parcela variável não é cobrada.

Revisão Tarifária: Em conformidade com o contrato de concessão, a cada cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária. Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção ("O&M"), para eventual captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados: de acordo com os contratos de concessão, o advento do termo final do contrato determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, nos termos do art. 36 da lei 8987/1995.

Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelos investimentos não amortizados,

considerando-se as taxas de depreciação e amortização da ANEEL, estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Renovação da concessão: a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo igual período, mediante requerimento das Controladas.

O Grupo deverá operar e manter as instalações de transmissão, em conformidade com a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco e cumprir todas suas exigências. Seguem abaixo as informações das licenças de operação vigentes:

Controladas diretas	Número	Validade
SLTE	331219/2024	06/01/2029
SMTE	03812/2023	21/11/2028
LV II	1682/2023	28/12/2033
LV I	1647/2022	06/06/2032
Controladas indiretas	Número	Validade
Intesa	052/2020	27/06/2028
Belém (i)	12960/2021	01/04/2025
Verene Subholding		
- Barreiras	1548/2019	27/12/2025
- Buritirama	1547/2019	27/12/2025
- Vale do Sertão	1605/2021	11/12/2030
- Jaíba	1598/2020	25/11/2030
- Alto Sertão	1600/2020	17/12/2030
- Presidente Juscelino	1605/2021	11/02/2030
- Tapajós	12780/2021	22/09/2024

(i) A Belém está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 12.960/2021, cuja renovação foi requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) antes do término da sua validade, nos termos da legislação aplicável.

1.4. Reforma tributária

Foi promulgada em 20 de dezembro de 2023, a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrará em vigor, em período de transição, a partir de 2026 e com previsão para valer integralmente a partir de 2033. Esta reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre os Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

A Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabelece as diretrizes iniciais para implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Desta forma, até data base destas Demonstrações financeiras intermediárias, não há impactos da reforma tributária nas informações do Grupo. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições foram estabelecidas.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações financeiras intermediárias

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As Demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações financeiras anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações financeiras anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras intermediárias. Desta forma, as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A emissão das Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 21 de agosto de 2026.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações financeiras intermediárias da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não vigentes

Os novos pronunciamentos, revisões e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelo International Accounting Standards Board – IASB, cuja vigência ainda não se iniciou, não alteram os critérios de reconhecimento e mensuração atualmente adotados pela Companhia. Com relação à IFRS 18 (CPC 51) – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações

Financeiras, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, a Administração está avaliando os impactos de sua adoção, sendo esperados efeitos relevantes na forma de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, especialmente na estrutura da demonstração do resultado, sem expectativa, até o momento, de impactos relevantes nos saldos patrimoniais.

3. Políticas contábeis materiais

As Demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas na nota explicativa 3 – Políticas contábeis materiais, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e devem ser analisadas e lidas em conjunto.

4. Combinação de negócios

4.1. Outras aquisições (controladas indiretas)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1, a IEB - Infraestrutura e Energia Brasil S.A. celebrou contrato de compra e venda ("*Share Purchase Agreement - SPA*") conforme descrito abaixo:

4.2.1. Belém Transmissora Energia S.A.

Com a interveniência e anuência do *La Caisse (Caisse de Dépôt et Placement du Québec - CDPQ)*, foi acordado, em 08 de julho de 2024, a aquisição de 100% das ações representativas do capital social da Belém, por meio da compra e venda de ações da Equatorial Transmissão S.A. pela parcela a vista de R\$ 710.000, na data do *closing*, conforme SPA. Em 05 de dezembro de 2024, a Equatorial Transmissão S.A. e a Companhia efetivaram o fechamento da operação, resultando na aquisição do capital social votante da Belém.

No contexto dessa aquisição, foram contratados os trabalhos de especialistas avaliadores para determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, incluindo-se a alocação do preço de compra e apuração de eventual ágio de acordo com a contraprestação transferida estabelecida, de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinações de negócios (IFRS 03). Em 31 de dezembro de 2024, os trabalhos dos especialistas avaliadores sobre a aquisição encontravam-se em andamento, com a elaboração do *Purchase Price Allocation (PPA)*. A combinação de negócio foi contabilizada utilizando o método de aquisição. O custo da aquisição foi mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data da aquisição. Em 4 de agosto de 2025, os trabalhos dos referidos especialistas avaliadores foram concluídos.

As instalações relacionadas ao Leilão (conforme nota explicativa 1.2) da Belém, são:

- Linha de Transmissão Vila do Conde - Marituba C1, em 500^(*) kV, circuito simples, primeiro circuito, com extensão aproximada de 56^(*) km, com origem na Subestação Vila do Conde e término na Subestação Marituba;
- Linha de Transmissão Marituba - Castanhal C1, em 500^(*) kV, circuito simples, primeiro circuito, com extensão aproximada de 68^(*) km, com origem na Subestação Marituba e término na Subestação Castanhal; e
- Subestação Marituba, em 500/230-13,8^(*) kV (3+1R) x 300 MVA, e em 230/69-13,8^(*) kV (2x200 MVA); com equipamentos de compensação reativa e respectivas conexões.

(i) Contraprestação transferida

O valor total da compra foi de R\$ 821.314, distribuído da seguinte forma:

Preço base (1)	797.844
Ajuste pós-fechamento (2)	(104)
<i>Earn-out</i> SUDAM (3)	18.791
<i>Earn-out FDA Agreement</i> (4)	4.783
Total	821.314

- (1) O pagamento do referido preço base se dará da seguinte forma: (i) Pagamento do montante de R\$ 710.000 na data do *closing*; (ii) O valor total correspondente à diferença entre o Preço base e a Parcela a vista, foi pago em 4 (quatro) parcelas durante o período findo em 31 de dezembro de 2025.
- (2) O ajuste após fechamento corresponde ao montante de R\$ 104, valor este desembolsado pelo Vendedor ao Comprador.
- (3) Valor contingente adicional correspondente a R\$ 26.000 caso, até 31 de dezembro de 2028 a Receita Federal do Brasil expedir ato declaratório executivo, reconhecendo a prorrogação, pelo menos até 31 de dezembro de 2037, do regime tributário especial de redução de IRPJ do qual Belém se beneficia atualmente. A gestão de todo o procedimento de extensão do benefício fiscal será de responsabilidade do Vendedor. O *earn-out* não será devido caso a extensão do benefício fiscal não seja aprovada, exceto se houve não conformidade do Comprador em relação às suas obrigações de cooperação com a Administração da SUDAM, ou o Comprador incorrer em má conduta após a data de fechamento.
- (4) Devido a liberação de valor pendente conforme contrato de crédito entre o Bando do Brasil e a Belém calculado de acordo com o contrato de compra e venda. O montante de R\$ 4.783 foi considerado na composição do preço pago, tendo em vista que a administração da Companhia confirmou que a liberação já foi feita pelo banco e o pagamento foi realizado para o Vendedor em 30 de outubro de 2024.

(ii) Ativos identificáveis e passivos assumidos

A tabela a seguir resume os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data base de 05 de dezembro de 2024:

	05/12/2024
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	48.120
Aplicações financeiras	79.448
Contas a receber de clientes	17.618
Outros créditos	20.595
Ativos de contrato	1.389.005
Imobilizado	13
Intangível	526
	1.555.325
Passivos	
Fornecedores	(2.905)
Obrigações tributárias	(11.313)
Empréstimos e debêntures	(420.906)
PIS e COFINS diferidos	(102.136)
IR e CS diferidos	(188.841)
Outras contas a pagar	(7.910)
	(734.011)
Total dos ativos identificáveis, líquidos	821.314

(iii) Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos estão detalhadas a seguir:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Contrato de concessão	Foi considerada a Abordagem da Renda pelo Método dos Lucros Excedentes Multiperíodos (MPEEM), devido à possibilidade de atribuição do fluxo de caixa gerado ao ativo identificado. A operação de transmissão de energia somente é possibilitada por meio de contratos de concessão emitidos pela ANEEL, os quais atualmente estão vinculados a Belém. Os contratos de concessão geram um potencial benefício econômico futuro, representam vantagem competitiva para o negócio e são essenciais para a geração dos fluxos de caixa futuros.

(iv) Alocação do valor justo

A combinação de negócios foi contabilizada utilizando o método de aquisição. O custo da aquisição foi mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data da aquisição. A alocação do valor justo do preço pago na transação, com base no balanço patrimonial em 05 de dezembro de 2024, foi determinada conforme segue:

Preço pago	797.844
Ajuste após fechamento	(104)
Contraprestação pendente - <i>Earn-out</i>	23.574
Patrimônio líquido antes dos ajustes	(588.439)
Preço pago excedente (1)	232.874

- (1) O preço excedente, conforme CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios (IFRS 03) foi reconhecido como mais valia do contrato de concessão e está registrado como “ativo de contrato” para fins das demonstrações financeiras consolidadas e “investimento” para fins da controladora. Sua amortização é realizada de forma linear pelo período remanescente da concessão da controlada.

4.2.2. Equatorial Transmissão S.A.

Em 04 de abril de 2025, com a interveniência e anuência do *La Caisse (Caisse de Dépôt et Placement du Québec - CDPQ)*, a Equatorial S.A. e a Companhia, celebraram um Acordo nos termos do qual, entre outras obrigações, a IEB (compradora) concordou em adquirir, e a Equatorial (Vendedora) concordou em vender, ações que representam 100% do capital social da Equatorial Transmissão S.A, que detém 7 (sete) SPEs e 1 (uma) holding. O fechamento da transação (*closing*) ocorreu em 31 de outubro de 2025, quando verificou-se o cumprimento das condições suspensivas precedentes.

A transação configura uma combinação de negócios, envolvendo a transferência do controle de um portfólio de concessões de transmissão de energia elétrica, composto por múltiplas Sociedades de Propósito Específico (SPEs) detentoras de ativos operacionais distribuídos em diferentes estados do país, e 1 (uma) holding, sendo elas:

Denominação atual	Denominação anterior	Segmento
Verene Transmissão Subholding S.A. ("Verene Subholding")	Equatorial Transmissão S.A.	Holding
- Barreiras Transmissão Subholding S.A. ("Barreiras")	Equatorial Transmissora 1 SPE S.A. ("SPE 1")	Transmissão
- Buritirama Transmissora de Energia S.A. ("Buritirama")	Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. ("SPE 2")	Transmissão
- Vale do Sertão Transmissão de Energia S.A. ("Vale do Sertão")	Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. ("SPE 3")	Transmissão
- Jaíba Transmissora de Energia S.A. ("Jaíba")	Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. ("SPE 4")	Transmissão
- Alto Sertão Transmissora de Energia S.A. ("Alto Sertão")	Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. ("SPE 5")	Transmissão
- Presidente Juscelino Transmissora de Energia S.A. ("Presidente Juscelino")	Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. ("SPE 6")	Transmissão
- Tapajós Transmissora de Energia S.A. ("Tapajós")	Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. ("SPE 8")	Transmissão
- Verene Transmissão Subholding 2 S.A. ("Verene Subholding 2")	Equatorial Transmissora Holding S.A.	Holding

As instalações relacionadas aos leilões das SPEs, são:

- **Barreiras:** Linha de Transmissão Rio das Éguas – Barreira II, em 500 kV, segundo circuito, circuito simples, com extensão aproximada de 251 km, com origem na subestação Barreiras II e término na subestação Rio das Éguas.
- **Buritirama:** Linhas de Transmissão Barreiras II – Buritirama C1, em 500 kV, primeiro circuito, circuito simples, com extensão aproximada de 213km, com origem na subestação Buritirama e término na subestação Barreiras II; pela subestação Buritirama, em 500 kV.
- **Vale do Sertão:** Linhas de Transmissão Buritirama – Queimada Nova II, em 500 kV, segundo circuito, circuito simples, com extensão aproximada de 380 km, com origem na subestação Buritirama e término na subestação Queimada Nova II.
- **Jaíba:** Linha de Transmissão Igaporã III – Janaúba 3, em 500 kV, circuito simples com extensão aproximada de 257 km, com origem na subestação Igaporã III e término na Subestação Janaúba 3; (b) Linha de Transmissão Janaúba 3 – Presidente Jucelino, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 337 km, com origem na subestação Janaúba 3 e término na subestação Presidente Jucelino; e (c) Subestação 500 kV Janaúba 3 (novo pátio de 500 kV – parte 1).
- **Alto do Sertão:** Linha de Transmissão Igaporã III – Janaúba 3, em 500 kV, com extensão aproximada de 257 km.
- **Presidente Juscelino:** Linha de Transmissão Janaúba 3 – Presidente Jucelino C2, em 500 kV, com extensão aproximada de 330 km.
- **Tapajós:** Linha de Transmissão Xingu – Altamira, em 230 kV, circuito um, circuito simples, com extensão aproximada de 61 km, com origem na Subestação Xingu e término na Subestação Altamira; (b) Linha de Transmissão Altamira – Transamazônica, em 230 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 188 km, com origem na Subestação Altamira e término na Subestação Transamazônica; (c) Linha de Transmissão Transamazônica – Tapajós, em 230 kV, circuito um, circuito simples, com extensão aproximada de 187 km, com origem na Subestação Transamazônica e término na Subestação Tapajós; (d) Subestação Tapajós, em 230/138 – 13,8 Kv Tapajós – 2 x 150 MVAR; (e) Compensador Síncrono de reativos (-75/+150 MVAR) com transformadores e demais equipamentos associados; e (f) Compensador Síncrono de reativos (-55/+110 MVAR) com transformadores e demais equipamentos associados.

No contexto dessa aquisição, foram contratados os trabalhos de especialistas avaliadores para

determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, incluindo-se a alocação do preço de compra e apuração de eventual ágio de acordo com a contraprestação transferida estabelecida, de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinações de negócios (IFRS 03).

(i) Contraprestação transferida

O valor total da compra foi de R\$ 5.399.191, distribuído da seguinte forma:

Preço base	5.178.000
Ajuste pré-fechamento	211.191
Contraprestação continente - <i>Earn-out</i> SUDENE (1)	10.000
Total	5.399.191

- (1) O vendedor tem direito a receber o montante de até R\$ 10.000 mil (ajustados por CDI) dentro de um ano após o fechamento, condicionado ao reconhecimento oficial pela Receita Federal do Brasil (ato declaratório executivo) dos incentivos fiscais das SPE 3 (R\$ 3.300) e SPE 4 (R\$ 6.700). O pagamento deve ocorrer em até 15 dias após a emissão do ato oficial.

(ii) Ativos identificáveis e passivos assumidos

A tabela a seguir resume os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data base de 31 de outubro de 2025:

	31/10/2025
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	713.385
Aplicações financeiras	194.990
Contas a receber de clientes	182.108
Impostos e contribuições a recuperar	98.278
Ativos de contrato	11.748.564
Intangível	20.738
Outros ativos	27.369
	12.985.432
Passivos	
Fornecedores	(38.770)
Empréstimos e financiamentos	(3.418.253)
Debêntures	(1.488.629)
Impostos e contribuições a recolher	(56.356)
PIS e COFINS diferidos	(878.681)
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	(1.628.461)
Outros passivos	(77.091)
	(7.586.241)
Total dos ativos identificáveis, líquidos	5.399.191

(v) Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos estão detalhadas a seguir:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Contrato de concessão	Foi considerada a Abordagem da Renda pelo Método dos Lucros Excedentes Multiperíodos (MPEEM), devido à possibilidade de atribuição do fluxo de caixa gerado ao ativo identificado. A operação de transmissão de energia somente é possibilitada por meio de contratos de concessão emitidos pela ANEEL, os quais atualmente estão vinculados as SPEs. Os contratos de concessão geram um potencial benefício econômico futuro, representam

vantagem competitiva para o negócio e são essenciais para a geração dos fluxos de caixa futuros.

(vi) Alocação do valor justo

A combinação de negócios foi contabilizada utilizando o método de aquisição. O custo da aquisição foi mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data da aquisição. A alocação do valor justo do preço pago na transação, com base no balanço patrimonial em 31 de outubro de 2025, foi determinada conforme segue:

Preço pago (a)	5.389.191
Contraprestação continente - <i>Earn-out</i> SUDENE (b)	10.000
Patrimônio líquido após ajustes (c)	3.149.884
Valor a ser alocado (1) = (a) + (b) - (c)	2.249.307

Ajustes de valor justo

Ativo de contrato

- Barreiras	237.704
- Buritirama	198.263
- Vale do Sertão	254.796
- Jaíba	548.777
- Alto Sertão	269.524
- Presidente Juscelino	375.789
- Tapajós	364.454
	2.249.307

- (1) O preço excedente, conforme CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios (IFRS 03) foi reconhecido como mais valia do contrato de concessão e está registrado como “ativo de contrato” para fins das demonstrações financeiras consolidadas e “investimento” para fins da controladora. Sua amortização é realizada de forma linear pelo período remanescente das concessões das SPEs.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	20	-	29.961	19.232
Certificado de Depósito Bancário – CDB (a)	-	30	61.977	145.107
Total	20	30	91.938	164.339

(a) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), de emissão de instituições financeiras de primeira linha, com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações do Grupo, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R3).

Para o semestre findo em 30 de junho de 2026, as rentabilidades médias ponderadas das carteiras de investimento foram entre 96,56% aa do CDI (96,5% a 98% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2025).

6. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Investimento				
Fundo de Investimento				
Cotas de fundos de investimento (a)	10.254	10.030	160.103	186.041
Recursos Vinculados (b)	-	-	450.830	533.732
Total	10.254	10.030	610.933	719.773
Circulante	10.254	10.030	509.001	619.342
Não Circulante	-	-	101.932	100.431

- (a) Os fundos de investimentos são compostos por ativos financeiros com vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos como a construção de projetos de infraestrutura para prestação de serviços da concessão. São compostos por diversos ativos financeiros visando melhor rentabilidade, tais como: títulos públicos, operações compromissadas, entre outros, emitidos por instituições, de acordo com a política de investimento dos fundos.
- (b) Referem-se às aplicações restritas de garantias de debentures, empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos público.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2026, as rentabilidades médias ponderadas das carteiras de investimento foram entre 96,56% aa do CDI (96,5% a 98% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2025).

7. Contas a receber de concessionárias e permissionárias

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
A vencer	163.592	160.233
Saldos vencidos		
90 dias	8.471	5.868
entre 91 e 180 dias	298	8.181
entre 181 e 365 dias	11.343	7.412
acima de 365 dias (i)	69.711	61.283
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (a)	(11.285)	-
Total	242.130	242.977

- (a) A Companhia realiza a avaliação de perda de crédito esperada em conformidade com os requisitos da IFRS 9, utilizando informações históricas, condições atuais e projeções prospectivas, com base em parâmetros como probabilidade de inadimplência, perda dada inadimplência e exposição ao risco.

Para os recebíveis próprios da Companhia, decorrentes da receita de transmissão, o risco de crédito é considerado baixo devido ao arcabouço regulatório do setor e aos mecanismos de mitigação existentes. A provisão foi reconhecida em decorrência da avaliação de perdas esperadas de crédito, elaborada com base nas melhores informações e estimativas disponíveis pela Administração.

(i) Composição – acima de 365 dias:

Composição - acima de 365 dias:

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Encargos rescisórios – ONS (a)	54.370	48.894
Outros	15.341	12.389
Total	69.711	61.283

- (a) As controladas, na qualidade de agentes integrantes do setor de transmissão, atuam como intermediária financeira (agente arrecadador) no fluxo dos encargos rescisórios associados aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST. O papel das controladas consiste unicamente na arrecadação dos valores devidos pelos usuários e posterior transferência integral ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, não assumindo qualquer obrigação substantiva, risco de crédito, exposição econômica ou direito sobre tais montantes.

Em conformidade com as práticas contábeis vigentes para operações de mera intermediação de recursos de terceiros, os valores a receber permanecem registrados, até seu repasse, em contas transitórias específicas, classificadas como “Encargos rescisórios – ONS” no ativo circulante e “Encargos rescisórios – ONS” no passivo circulante, na rubrica de “outras contas a pagar”, em linha com as diretrizes estabelecidas para recebimentos destinados a terceiros, que requer a utilização de contas de trânsito até o efetivo recebimento dos valores e a transferência destes à entidade centralizadora.

Adicionalmente, conforme previsto no Capítulo II da Resolução Normativa ANEEL nº 1.125, de 27 de maio de 2025, a responsabilidade pela recuperação de valores inadimplidos relativos aos encargos rescisórios é atribuída exclusivamente aos credores (transmissoras) e ao ONS. A norma estabelece que a aferição do “máximo esforço” compreende: (i) inclusão do devedor no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL; (ii) protesto extrajudicial do débito; e (iii) ajuizamento de ação judicial, cuja execução deve ocorrer de forma centralizada pelo ONS, ao qual compete adotar todas as medidas judiciais cabíveis para a recuperação do crédito.

Dessa forma, as controladas não possuem ingerência, responsabilidade operacional, direito de crédito, obrigação de cobrança ou exposição a riscos relacionados aos valores em questão, o que justifica a ausência de reconhecimento de receitas, despesas, ativos ou passivos definitivos referentes aos encargos rescisórios, limitando-se a registrá-los em contas transitórias até o repasse integral ao ONS.

8. Ativo de Contrato

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante	1.709.564	1.650.264
Não circulante	17.651.377	17.572.307
Total	19.360.941	19.222.571

De acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes, o direito à contraprestação pelos serviços de implementação (construção) da estrutura de transmissão já executados, mas atrelados (por força do contrato de concessão) aos serviços de operação e manutenção, e que ainda não tenham sido prestados, é reconhecido como ativo de contrato.

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura acima referidos, bem como os valores a receber decorrentes da receita de remuneração de tais ativos, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros.

O ativo financeiro relacionado a um contrato de concessão deve ser reconhecido quando ou à medida que há o direito incondicional de receber caixa, o que se dará se somente a passagem do tempo for exigida antes que o pagamento dessa contraprestação seja devido. Desta forma, o Ativo de Contrato passa a ser um Ativo Financeiro à medida que o serviço de operação e manutenção é prestado mensalmente.

Os ativos de contrato estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

Ativo de contrato	2026	2025
Saldo do ativo de contrato em dezembro	15.493.533	3.872.327
Receita de Construção	13.646	5.088
Receita de operação e manutenção (O&M)	79.229	28.900
Remuneração (i)	1.041.141	317.641
Amortização (ii)	(908.396)	(248.254)
Saldo do ativo de contrato em 30 de junho	15.719.153	3.975.702
Mais valia		
Saldo da mais valia em dezembro	3.729.038	532.198
Mais valia - Aquisição Belém	-	84.167
Amortização mais valia	(65.113)	(40.717)
IR/CS da mais valia sobre aquisição de ativos	-	208.393
Amortização IR/CS da mais valia	(22.137)	(12.746)
Saldo da mais valia em junho	3.641.788	771.295
Total	19.360.941	4.746.997

(i) A remuneração dos ativos de contrato é feita com base na atualização do saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA);

(ii) A amortização do ativo de contrato decorre do reconhecimento da RAP faturada mensalmente até o final da concessão do empreendimento;

9. Investimentos

9.1. Aquisição das controladas – combinação de negócios

As principais informações referentes às controladas são como segue:

Investimentos Diretos	Quantidade total de ações	Participação Direta
Santa Lúcia	153.714	100%
Santa Maria	42.475	100%
Linha Verde I	91.498	100%
Linha Verde II	96.679	100%
IEB	649.510	100%
Total	1.033.876	

Investimentos Indiretos	Quantidade total de ações	Participação indireta
Intesa	206.190	100%
Belém	146.857	100%
Verene Subholding	8.136.388	100%
Barreiras	101.662	100%
Buritirama	103.076	100%
Vale do Sertão	118.770	100%
Jaíba	213.199	100%
Alto Sertão	89.257	100%
Presidente Juscelino	106.165	100%
Tapajós	171.171	100%
Total	9.392.735	

9.2. Composição dos saldos

	Santa Lúcia	Santa Maria	Linha Verde I	Linha Verde II	IEB	Total
Valor patrimonial	260.649	101.484	78.899	108.050	7.374.162	7.923.244
Mais valia (b)	112.784	39.712	118.333	97.343	-	368.172
(-) Amortização da mais valia	(17.660)	(6.285)	(8.452)	(14.089)	-	(46.486)
IR s/ mais valia	38.347	13.502	40.233	33.097	-	125.179
(-) Amortização do IR s/ mais valia	(6.005)	(2.137)	(2.874)	(4.790)	-	(15.806)
Total de Investimentos em 30 de junho de 2026	388.115	146.276	226.139	219.611	7.374.162	8.354.303

	Santa Lúcia	Santa Maria	Linha Verde I	Linha Verde II	IEB	Total
Valor patrimonial	238.273	93.536	76.240	102.741	7.167.828	7.678.618
Mais valia (b)	112.784	39.712	118.333	97.343	-	368.172
(-) Amortização da mais valia	(15.252)	(5.428)	(5.916)	(12.168)	-	(38.764)
IR s/ mais valia	38.347	13.502	40.233	33.097	-	125.179
(-) Amortização do IR s/ mais valia	(5.186)	(1.846)	(2.012)	(4.137)	-	(13.181)
Total de Investimentos em 31 de dezembro de 2025	368.966	139.476	226.878	216.876	7.167.828	8.120.024

9.3. Mutação dos investimentos

	Santa Lúcia	Santa Maria	Linha Verde I	Linha Verde II	IEB	Total
Participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2025	238.273	93.536	76.240	102.741	7.167.828	7.678.618
Dividendos	-	-	-	(3.683)	(117.868)	(121.551)
Resultado de equivalência patrimonial	22.375	7.948	2.659	8.992	324.202	366.176
Participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial em 30 junho 2026	260.648	101.484	78.899	108.050	7.374.162	7.923.243
Mais valia de ativos, líquido (i)	127.467	44.792	147.240	111.561	-	431.060
Saldo em 30 de junho de 2026	388.115	146.276	226.139	219.611	7.374.162	8.354.303

	Santa Lúcia	Santa Maria	Linha Verde I	Linha Verde II	IEB	Total
Participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2024	215.684	94.956	349.071	94.581	1.070.694	1.824.986
Aumento de capital	-	-	-	-	98.455	98.455
Dividendos	-	-	-	-	(23.830)	(23.830)
Resultado de equivalência patrimonial	17.675	10.761	29.083	12.255	31.124	100.898
Participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial em 30 de junho de 2025	233.359	105.717	378.154	106.836	1.176.443	2.000.509
Mais valia de ativos, líquido (i)	133.920	47.089	169.491	116.709	-	467.209
Saldo em 30 de junho de 2025	367.279	152.806	547.645	223.545	1.176.443	2.467.718

(i) Conforme ICPC 09, a mais valia sobre aquisição de ativos são classificados como Investimentos na Controladora. Para fins de consolidação, estão classificados como Ativo de Contrato (NE 9). A amortização da mais valia sobre aquisição de ativos era amortizada remensurando o ativo de contrato, ou seja, era incluída a mais valia no modelo para cálculo de uma nova taxa. A administração da companhia em 2025 reavaliou o modelo e definiu a amortização pelo método linear ao longo do prazo remanescente das concessões.

9.4. Movimentação dividendos a receber

Controlada	31/12/2025	Constituição de dividendos adicionais (i)	Dividendos recebidos	30/06/2026
Santa Lúcia	10.170	-	(6.002)	4.168
Santa Maria	3.468	-	(3.000)	468
Linha Verde II	3.317	3.683	(7.000)	-
IEB	332.132	117.868	(450.000)	-
Total	349.087	121.551	(466.002)	4.636

- (i) Os dividendos adicionais propostos, foram constituídos a partir das reservas de lucros a realizar e reservas para investimento e expansão de suas controladas.

9.5. Informações das controladas

	Santa Lúcia	Santa Maria	Linha Verde I	Linha Verde II	IEB
Ativo	980.895	261.425	418.397	410.439	18.124.719
Passivo	720.247	159.941	339.498	302.389	10.750.557
Patrimônio líquido	260.649	101.484	78.899	108.050	7.374.162
Receita líquida	64.133	20.413	28.491	28.393	882.593
Lucro líquido do período	22.375	7.948	2.659	8.992	324.202
Quantidade de ações (em lote mil)	153.714	42.475	91.498	96.679	649.510
Participação no capital social	100%	100%	100%	100%	100%
Participação no patrimônio líquido	100%	100%	100%	100%	100%

10. Fornecedores

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Materiais e serviços (a)	65.799	93.945
Outros	1.699	1.778
Total	67.498	95.723

- (a) A composição deve-se, substancialmente, ao reconhecimento do saldo de fornecedores oriundos da sua controlada Verene Subolding, adquirida em 31 de outubro de 2025, conforme nota explicativa nº 4 – combinação de negócios, e a materiais, equipamentos e serviços contratados para construção do projeto de reforço de sua controlada Belém e conclusão da obra Linha Verde I.

11. Empréstimos e debêntures

Em 30 de junho de 2026, os empréstimos e debêntures têm a seguinte composição:

	Empréstimos (11.1)					
	30/06/2026			31/12/2025		
	Principal + Juros	Custo de captação	Total	Principal + Juros	Custo de captação	Total
Circulante	257.908	(1.377)	256.531	242.549	(1.378)	241.171
Não circulante	3.887.155	(17.578)	3.869.577	3.935.044	(18.266)	3.916.778
Total	4.145.063	(18.955)	4.126.108	4.177.593	(19.644)	4.157.949

11.1. Empréstimos

(a) Características

Em 30 de junho de 2026 os empréstimos têm as seguintes características:

Banco	Companhia detentora	Custo da dívida (% a.a)	Garantia
FDA - Banco do Brasil	Belém	IPCA + 1,62%	Conta Reserva + Recebíveis + Ações
BNDES	Santa Lúcia	IPCA + 5,17%	Conta Reserva + Recebíveis + Ações
BNDES	Santa Maria	IPCA + 4,93% a.a	Conta Reserva + Recebíveis + Ações
BNDES	IEB (Consolidado)	IPCA + 5,33%	Conta Reserva + Recebíveis + Ações
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	IEB (Consolidado)	IPCA + 2,57% / IPCA + 2,08%	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva
FDA - Banco do Brasil (BB)	IEB (Consolidado)	IPCA + 1,62%	Conta Reserva + Recebíveis + Ações

Banco	Companhia detentora	Vigência	
		Início	Vencimento
FDA - Banco do Brasil	Belém	nov/19	out/38
BNDES	Santa Lúcia	ago/19	ago/42
BNDES	Santa Maria	mai/19	jul/42
BNDES	IEB (Consolidado)	abr/19	dez/42
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	IEB (Consolidado)	nov/18	jan/39
FDA - Banco do Brasil (BB)	IEB (Consolidado)	nov/19	out/38

(b) Movimentação

A movimentação dos empréstimos é conforme segue:

	Consolidado	
	2026	2025
Saldo inicial em 31 de dezembro	4.157.949	802.276
Efeito no fluxo de caixa:		
Amortização de principal	(114.151)	(21.859)
Pagamentos de juros	(126.948)	(24.536)
Efeito não caixa:		
Encargos e variação monetária	208.573	42.195
Custo de captação (a)	685	251
Saldo em 30 de junho	4.126.108	798.327

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

(c) Cronograma de vencimento

Os saldos por vencimento dos empréstimos estão apresentados abaixo:

	30/06/2026	
	Principal + juros	%
Circulante	256.531	6%
2027	111.322	3%
2028	227.020	6%
2029	234.160	6%
2030 em diante	3.314.653	79%
(-) Custo de captação (Não circulante)	(17.578)	0%
Não circulante	3.869.577	94%
Total de empréstimos	4.126.108	100%

(d) Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

- Santa Lúcia**

A companhia tem a obrigação de cumprir o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD mínimo de 1,3x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias anuais.

Outras garantias ao financiamento incluem o penhor de 100% das ações da Santa Lúcia, os recebíveis da concessão e a conta reserva equivalente a 3 (três) vezes o valor da primeira prestação mensal da dívida, incluindo principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato, conforme demonstrado na rubrica Aplicação Financeira - Recursos Vinculados.

- Santa Maria**

A companhia tem a obrigação de cumprir o ICSD mínimo de 1,3x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias anuais.

As garantias aos financiamentos incluem o penhor de 100% das ações da Santa Lucia e Santa Maria, os recebíveis da concessão e a conta reserva equivalente a 3 (três) vezes o valor da primeira prestação mensal da dívida, incluindo principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato, conforme demonstrado na rubrica Aplicação Financeira - Recursos Vinculados.

- Belém**

As garantias aos financiamentos incluem o penhor das ações da Infraestrutura e Energia Brasil S.A. ("IEB"), os recebíveis da concessão e a conta reserva equivalente ao valor da última prestação vencida mensal da dívida, incluindo principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato, conforme demonstrado na rubrica Aplicação Financeira - Recursos Vinculados.

- Verene Subholding (Consolidado)**

Os empréstimos e financiamentos contratados pelas controladas possuem garantias fidejussórias, recebíveis, penhor de ações, fianças bancárias e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Adicionalmente aos indicadores mencionados, a Verene Subholding (consolidado) possui *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cuja apuração é anual, assegurado por auditoria independente, entregue até 31 de maio do ano subsequente.

Em 30 de junho de 2026, suas controladas mantiveram-se em cumprimento de todas as obrigações estipuladas nos contratos.

Adicionalmente, determinadas controladas possuem *covenants* financeiros junto ao BNDES, cuja apuração ocorre anualmente. Dessa forma, os últimos índices apurados abaixo referem-se a 31 de dezembro de 2025, data em que as controladas atenderam integralmente aos limites previstos contratualmente, conforme demonstrado a seguir:

Companhia	Emissão	Limite	Covenants
Santa Lucia	BNDES	ICSD $\geq$ 1,30	2,04
Santa Maria	BNDES	ICSD $\geq$ 1,30	2,16
Jaíba	BNDES	ICSD $\geq$ 1,30	2,20
Presidente Juscelino	BNDES	ICSD $\geq$ 1,30	2,65

11.2. Debêntures

(a) Características

Em 30 de junho de 2026, as debêntures têm as seguintes características:

Emissora	Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo nominal	Data da Emissão	Vencimento
Linha Verde I	1ª (c)	(1)/(2)/(3)/(4)	Conta reserva + Recebíveis + Ações	Única	303.000	IPCA + 6,78% a.a.	nov/25	dez/46
Linha Verde II	1ª	(1)/(2)/(3)/(4)	Conta reserva + Recebíveis + Ações	Única	210.000	IPCA + 5,33% a.a.	mar/20	jul/44
Intesa	3ª (a)	(1)/(2)/(3)/(4)	-	Única	400.000	CDI + 0,65% a.a.	mar/26	mar/33
Belém	2ª (b)	(1)/(2)/(3)/(4)/(5)	Aval/Fiança	Única	130.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39
Verene Subholding	1ª	(1)/(2)/(3)/(4)	-	Única	800.000	IPCA + 4,92% a.a.	mar/21	mar/36
Barreiras	1ª	(1)/(2)/(3)/(4)/(5)	Aval/Fiança	Única	55.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33
Buritirama	1ª	(1)/(2)/(3)/(4)/(5)	Aval/Fiança	Única	45.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33
Vale do Sertão	1ª	(1)/(2)/(3)/(4)/(5)	Aval/Fiança	1ª	45.000	IPCA + 4,80% a.a.	fev/19	jan/33
Vale do Sertão	1ª	(1)/(2)/(3)/(4)/(5)	Aval/Fiança	2ª	45.000	IPCA + 4,65% a.a.	fev/19	jan/34
Alto do Sertão	1ª	(1)/(2)/(3)/(4)/(5)	Aval/Fiança	Única	66.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39
Tapajós	1ª	(1)/(2)/(3)/(4)/(5)	Aval/Fiança	1ª	102.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39
Tapajós	1ª	(1)/(2)/(3)/(4)/(5)	Aval/Fiança	2ª	87.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39

(1) Emissão pública de debêntures simples

(2) Não conversíveis em ações

(3) Espécie quirografária

(4) Debêntures incentivadas

(5) Garantia fidejussória

(a) Emissão da Controlada indireta Intesa. A totalidade dos recursos da 3ª Emissão foi destinada ao pré-pagamento da 1ª Série da 2ª Emissão, ao pagamento da 2ª série da 2ª emissão de debêntures e gestão ordinária dos negócios da Controlada Intesa.

(b) Emissão da Controlada Belém. A totalidade dos recursos obtidos da 2ª Emissão foram aplicados no custeio das despesas relativas ao projeto de implantar e operar a concessão das Linhas de Transmissão Vila do Conde e Marituba e da Subestação Marituba.

(c) Emissão da Controlada Linha Verde I. A totalidade dos recursos obtidos da 1ª Emissão foram aplicados no custeio da gestão ordinária dos negócios.

(b) Movimentação

A movimentação das debêntures é conforme segue:

	Consolidado	
	2026	2025
Saldo inicial em 31 de dezembro	2.591.358	835.067
Efeito no fluxo de caixa:		
Captação (a)	400.000	-
Amortização de principal	(453.534)	(7.798)
Pagamentos de juros	(82.877)	(32.718)
Efeito não caixa:		
Encargos e variação monetária	164.463	50.933
Custo de captação (b)	1.157	983
Saldo em 30 de junho	2.620.567	846.467

(a) Em 23 de março de 2026, a Intesa concluiu uma operação de recursos por meio da 3ª emissão de debenture, subscrita integralmente por uma securitizadora que realizou emissão pública das debêntures no dia 23 de março de 2026, lastreadas integralmente na debenture privada emitida pela Intesa.

Os recursos captados foram destinados:

- (i) ao pré-pagamento da primeira série da segunda emissão das debentures da Intesa
- (ii) ao pagamento da segunda série da segunda emissão das debentures da Intesa
- (iii) eventuais recursos remanescentes, após realização dos pagamentos dos itens acima, foram usados na gestão ordinária do negócio.

(b) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

(c) Cronograma de vencimento

Os saldos por vencimento das debêntures estão apresentados abaixo:

	30/06/2026	
	Principal + Juros	%
Circulante	195.756	7%
2027	27.570	1%
2028	142.791	5%
2029	153.819	6%
2030 em diante	2.151.121	82%
(-) Custo de captação (Não circulante)	(50.490)	-2%
Não circulante	2.424.811	92%
Total de debêntures	2.620.567	99%

(d) "Covenants"

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis.

Os indicadores abaixo obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

Em 30 de junho de 2026, suas controladas cumpriram todas as obrigações e estiveram dentro dos limites estipulados nos contratos, conforme detalhado a seguir:

Companhia	Emissão	Limite	Covenants
Linha Verde II	1ª	ICSD (EBITDA ajustado / Serviço da Dívida) $\geq$ 1,2	1,43
Linha Verde I	1ª	ICSD (EBITDA ajustado / Serviço da Dívida) $\geq$ 1,1	(i)
Intesa	3ª	Dívida líquida/EBITDA ajustado $\leq$ 4,5	(i)
Belém	2ª	Dívida líquida/EBITDA ajustado $\leq$ 4,5	2,66
IEB	Fiadora	Dívida líquida/EBITDA ajustado $\leq$ 5,0	2,92
Verene Subholding	1ª	Dívida líquida/EBITDA ajustado $\leq$ 5,0	4,34
Barreiras	1ª	Dívida líquida/EBITDA ajustado $\leq$ 4,5	2,95
Buritirama	1ª	Dívida líquida/EBITDA ajustado $\leq$ 4,5	3,33
Vale do Sertão	1ª	Dívida líquida/EBITDA ajustado $\leq$ 4,5	3,00
Alto do Sertão	1ª	Dívida líquida/EBITDA ajustado $\leq$ 4,5	2,85
Tapajós	1ª	Dívida líquida/EBITDA ajustado $\leq$ 4,5	3,10

(i) Para Linha Verde I e Intesa, a primeira apuração dos covenants financeiros ocorrerá quando da divulgação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2026, conforme previsto nos respectivos instrumentos de financiamento.

12. Pis e Cofins diferidos

A movimentação dos saldos de PIS e COFINS diferidos estão apresentados da seguinte forma:

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
PIS	151.520	246.209
COFINS	1.248.855	1.134.052
	1.400.375	1.380.261
Circulante	151.520	50.259
Não circulante	1.248.855	1.330.002

A variação ocorre devido a revisão da segregação de curto e longo dos créditos de Pis e Cofins diferidos, de modo a alinhá-la ao cronograma de realização do ativo de contrato.

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Receita sobre ativos financeiros	1.041.141	2.752.988
Receita Anual Permitida – RAP	(908.396)	(738.447)
Receita de construção	13.646	38.942
Receita de Operação e Manutenção	79.229	68.467
Outras receitas	-	-
Base para PIS e COFINS diferido	225.620	2.121.950
Alíquota (a)	8,915%	9,25%
PIS e COFINS diferidos	20.114	196.280
Aquisição de investimentos	-	878.681
Outros ajustes	-	4.109
Saldo no início do período	1.380.261	301.191
Saldos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025	1.400.375	1.380.261

- (a) As receitas das controladas Santa Lúcia e IEB estão sujeitas à incidência de PIS/Cofins à alíquota de 9,25%, em função da tributação pelo regime de Lucro Real. Para as controladas Santa Maria, Linha Verde I e Linha Verde II, tributadas pelo regime de Lucro Presumido, foi considerada a alíquota de 3,65%. As alíquotas apresentadas acima referem-se às alíquotas médias da apuração individual de cada controlada.

13. Provisões

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais. As provisões para eventuais perdas, quando aplicável, decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

Após avaliação da Administração, o Grupo entendeu necessária a constituição de provisão referente a um processo trabalhista cujo risco de perda é provável, conforme segue:

Provável	30/06/2026	31/12/2025
Trabalhista	51	51
Total	51	51

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, classificou os processos em curso, abaixo demonstrados, como possíveis. Os valores atualizados em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, estão apresentados a seguir:

Possível	30/06/2026	31/12/2025
Cível (a)	9.531	8.080
Trabalhista	1.062	1.185
Ambiental	1.737	1.495
Fiscal (b)	26.768	19.294
Total	39.098	30.054

(a) Contingências de natureza cível

A Companhia figura como ré em processos referentes a reintegração de posse e indenizações com expectativa de perda possível. Dentre os processos destacam-se como os mais relevantes o processo 0801761-60.2020.8.14.0133, 8002081-94.2020.8.05.0088 e 5002553-56.2018.8.21.0029.

(b) Contingências de natureza fiscal

Em 30 de junho de 2026, a Administração, suportada por seus assessores jurídicos, classificou a exposição dos processos 1018661-81.2022.4.06.3800 e 5023983-70.2020.4.02.5101 com expectativa de perda possível. Adicionalmente, a Companhia efetuou depósitos judiciais, no montante de R\$ 24.167, registrados no ativo.

14. Partes relacionadas

O saldo de partes relacionadas tem a seguinte composição:

	30/06/2026		31/12/2025	30/06/2025
	Ativo (passivo)	Resultado Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Resultado Receita (despesa)
Contas a receber				
Santa Lúcia (i)	68	707	154	-
Santa Maria (i)	21	220	48	-
Linha Verde I (i)	32	296	72	-
Linha Verde II (i)	32	333	73	-
Belém (i)	90	846	204	-
Intesa(i)	82	764	185	-
Barreiras (i)	134	2.621	-	-
Buritirama (i)	120	2.403	-	-
Vale do Sertão (i)	175	3.333	-	-
Jaíba (i)	316	5.691	-	-
Alto Sertão (i)	146	2.669	-	-
Presidente Juscelino (i)	181	3.265	-	-
Tapajós (i)	241	4.406	-	-
Total	1.638	27.554	736	-
Dividendos a receber				
Santa Lúcia	468	-	10.170	-
Santa Maria	4.168	-	3.467	-
Linha Verde II	-	-	3.318	-
IEB	-	-	332.132	-
Total	4.636	-	349.087	-
Contas a pagar				
Linha Verde I	(2.551)	-	(2.551)	-
Total	(2.551)	-	(2.551)	-
Dividendos a pagar				
La Caisse (CDPQ)	(35.865)	-	(512.734)	-
Total	(35.865)	-	(512.734)	-

- (i) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura Administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução normativa da ANEEL nº 948/2021;

15. Impostos e contribuições

a. Tributos diferidos

Os valores de impostos de renda e contribuição social diferidos originam-se, basicamente, das receitas financeiras sobre ativos contratuais das controladas, que serão realizados integralmente ao longo do contrato de concessão.

A composição dos impostos diferidos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda diferidos	80.421	82.352	3.203.326	2.804.194
Contribuição social diferidos	28.952	29.647	631.209	941.263
Total	109.373	111.999	3.834.535	3.745.457

b. A reconciliação da alíquota efetiva é como segue

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Lucro antes do IR e CSLL	376.235	45.939	516.908	84.286
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, nominais	127.920	15.619	175.749	28.657
Receita de equivalência patrimonial	(124.500)	(33.207)	-	-
Receita de incentivo fiscal	-	-	(69.555)	(7.084)
Outras adições (reversões) permanentes	(1.028)	16.489	36.871	15.675
Imposto de renda e contribuição social – correntes	2.392	(1.099)	143.065	37.248
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(2.392)	-	(31.850)	(5.708)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	-	1.099	(111.215)	(31.540)
Despesa de imposto de renda e contribuição social – total	(2.392)	1.099	(143.065)	(37.248)
Taxa Efetiva	-1%	2%	-28%	-44%

16. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Encargos rescisórios – ONS (a)	-	-	54.370	48.894
Parcela de ajuste - reforço	-	-	29.970	33.634
Participação nos lucros	271	-	3.201	5.972
Outros (b)	4.304	4.738	62.377	63.144
Total	4.575	4.738	149.918	151.644
Circulante	1.502	1.231	68.714	69.752
Não circulante	3.073	3.507	81.204	81.892

(a) Ver nota explicativa 7.

(b) Refere-se substancialmente ao repasse ao antigo acionista de valores relacionados a: (i) depósitos judiciais vinculados à ação que discute a tributação do lucro diferido decorrente da receita de construção dos contratos de concessão e (ii) ao encerramento de processo arbitral em novembro de 2025. Nos termos do contrato de compra e venda de ações, foram reconhecidos ativos e passivos de igual valor de R\$ 12.783 em Santa Maria e R\$ 31.980 em Santa Lucia.

17. Dividendos a pagar

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	31.333
Pagamento de dividendos mínimos obrigatórios 2024	(31.333)
Constituição de dividendos adicionais sobre Reservas e lucros acumulados	64.194
Pagamento de dividendos adicionais	(64.194)
Constituição de dividendos intermediários - AGE 23.12.2025	180.474
Dividendos mínimos obrigatórios de 2025	332.260
Saldo em 31 de dezembro de 2025	512.734
Pagamento de dividendos mínimos obrigatórios 2025	(332.260)
Pagamento de dividendos adicionais - AGE 23.12.2025	(144.609)
Saldo em 30 de junho de 2026	35.865

18. Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O capital social da Companhia é constituído por 694.905.306 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal no valor de R\$ 743.997.

	Capital social	Quantidade de ações ordinárias
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024	195.233	183.333.580
Aumento de Capital - AGE 01.04.2025	761	761.295
Aumento de Capital - AGE 02.05.2025	769	769.345
Aumento de Capital - AGE 02.06.2025	778	778.173
Aumento de Capital - AGE 30.06.2025	7.537	7.536.662
Aumento de Capital - AGE 29.10.2025	538.919	538.919.064
Recompra de ações - AGE 15.12.2025	-	(37.192.813)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	743.997	694.905.306

A composição do capital social e a quantidade de ações ordinárias emitidas pela Companhia em 30 de junho de 2026 permanecem inalteradas em relação à posição apresentada em 31 de dezembro de 2025.

(b) Reservas de lucros

	Nota	2026	2025
Reserva de capital	i	6.206.960	6.206.960
Reserva legal	ii	80.993	80.993
Reserva de retenção de lucros	iii	816.307	816.307
Total		7.104.260	7.104.260

i. Reserva de capital

No semestre findo em 30 de junho de 2025, ocorreram aportes de recursos pelo acionista, conforme demonstrado na nota 18(a), com parte dos recursos, no valor de R\$ 88.610, destinados à reserva de capital. A composição da reserva de capital da Companhia em 30 de junho de 2026 permanece inalterada em relação à posição apresentada em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 6.206.960).

ii. Reserva legal

Como trata o art. 163 da lei 6.404/74, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na reserva legal, que não poderá exceder o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

A composição da reserva legal da Companhia em 30 de junho de 2026 permanece inalterada em relação à posição apresentada em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 80.933).

iii. Reserva de retenção de lucros

Constituída após a destinação da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, em virtude das controladas da Companhia estarem em operação, a reserva é utilizada para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada.

Em 2025, foi registrado ajuste no montante de R\$ 11.873, decorrente da apuração final do preço de aquisição da controlada Linha Verde I (ver nota explicativa 4.1.(a)(i)).

(c) Reserva de incentivos fiscais, nas controladas

As controladas constituem esta reserva, a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas da SUDAM e SUDENE.

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

A composição das reservas de incentivos fiscais das controladas em 30 de junho de 2026 permanece inalterada em relação à posição apresentada em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 608.948).

(d) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias ao final do exercício, como segue:

	2026	2025
Lucro líquido	373.843	47.038
Média ponderada de ações	694.905	281.459
Lucro por lote mil de ações (R\$)	0,54	0,167

19. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Remuneração de ativos de contrato (a)	1.041.141	284.511
Receita de operação e manutenção (O&M) (b)	79.229	28.900
Receita de construção (c)	13.646	5.107
Outras receitas	2.222	1.228
	1.136.238	319.746
Deduções da receita:		
PIS/COFINS corrente	(6.646)	(6.211)
PIS/COFINS diferidos	(93.573)	(26.137)
ISS	(7)	(6)
Encargos do consumidor (d)	(13.006)	(4.444)
	(113.232)	(36.798)
Receita operacional líquida	1.023.006	282.948

- (a) Remuneração financeira proveniente da atualização dos ativos de contrato, conforme nota explicativa nº 8 – Ativos de contrato. A variação ocorre devido a aquisição da Verene Subholding e suas controladas em 2025 conforme nota 4.
- (b) A receita de operação e manutenção (O&M) é proveniente dos serviços prestados para a manutenção e operação do ativo de contrato da transmissora. A receita é reconhecida e mensurada com base nos custos incorridos no período e na margem de lucro esperada para a obrigação de desempenho conforme contrato.
- (c) A ANEEL autorizou a Companhia a implantar reforços em instalação de transmissão na controlada Belém. Conforme nota explicativa nº 8 – Ativo de contrato.
- (d) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização e Conta de Desenvolvimento Energético.

20. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

20.1. Custos operacionais

	Consolidado	
	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Pessoal	(9.065)	(3.377)
Serviços de terceiros	(27.021)	(31.493)
Custo de construção (a)	(13.646)	(5.107)
Arrendamento e aluguéis	(3.021)	(2.109)
Outras despesas operacionais	(5.743)	(3.924)
Saldo final	(58.496)	(46.010)

- (c) O aumento do saldo ocorre pela implantação dos reforços em instalação de transmissão da controlada Belém, de acordo com a autorização da Aneel, conforme NE 8 - Ativo de Contrato.

20.2. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Pessoal (a)	857	(933)	(15.280)	(7.637)
Serviços de terceiros (a)	18.019	566	(21.126)	(3.394)
Provisão para perdas de crédito esperadas (b)	-	-	(11.285)	-
Arrendamento e aluguéis	(581)	-	(139)	(227)
Seguros	(4)	-	(30)	(16)
Depreciações e amortizações (c)	(7.721)	(31.460)	(65.943)	(38.026)
Outras (Despesas) Receitas operacionais	(1.182)	(138)	(3.704)	(1.737)
Saldo final	9.388	(31.965)	(117.507)	(51.037)

- (a) Variação ocorre devido ao novo contrato de compartilhamento de serviço terceiro e pessoal contemplando as empresas adquiridas, vigente a partir de maio/2026;
- (b) Ver NE 7 – Contas a receber de concessionárias e permissionárias
- (c) Conforme NE 8 – Ativo de Contrato, a amortização da mais valia sobre aquisição de ativos era amortizada remensurando o ativo de contrato, ou seja, era incluída a mais valia no modelo para cálculo de uma nova taxa. A administração do Grupo em 2025 reavaliou o modelo e definiu a amortização pelo método linear ao longo do prazo remanescente das concessões.

21. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	930	132	59.774	16.711
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(45)	(6)	(2.494)	(690)
Outras receitas financeiras	33	4	1.675	2.203
Total de receitas financeiras	918	130	58.955	18.224
Despesas financeiras				
Encargos e variação monetária (a)	-	(19.995)	(376.142)	(115.139)
Outras despesas financeiras	(247)	-	(13.352)	(8.780)
Total de despesas financeiras	(247)	(19.995)	(389.494)	(123.919)
Resultado financeiro	671	(19.865)	(330.539)	(105.695)

- (a) A variação em decorrência da aquisição da Verene Subholding e suas controladas conforme N 4 – Controladas adquiridas.

22. Instrumentos financeiros

22.1. Considerações gerais

O Grupo efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, debênture e empréstimos e financiamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA.

22.2. Política de utilização de derivativos

O Grupo poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Grupo não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

22.3. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial da controladora e do consolidado em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão identificados conforme a seguir:

Consolidado	No ta	Nív el	Categoria dos instrumentos financeiros	30/06/2026		31/12/2025	
				Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo:							
Caixa e equivalentes de caixa	5	1	Custo amortizado	29.961	29.961	19.232	19.232
Caixa e equivalentes de caixa (CDB)	5	2	VJR*	61.977	61.977	145.107	145.107
Títulos e valores mobiliários	6	2	VJR*	610.933	610.933	719.773	719.773

Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7	1	Custo amortizado	242.130	242.130	242.977	242.977
Total				945.001	945.001	1.127.089	1.127.089
Passivos a custo amortizado:							
Fornecedores	10	1	Custo amortizado	67.498	67.498	95.723	95.723
Obrigações tributárias e encargos		1	Custo amortizado	35.018	35.018	68.025	68.025
Encargos setoriais		1	Custo amortizado	28.703	28.703	25.375	25.375
Dividendos a pagar	17	1	Custo amortizado	35.865	35.865	512.734	512.734
Empréstimos e debêntures	11	2	Custo amortizado	6.746.675	6.810.931	6.749.307	6.749.307
Total				6.913.759	6.978.015	7.451.164	7.451.164

*VJR – Valor justo por meio do resultado

b) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas Demonstrações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

Consolidado	Nível	2026		2025	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos e debêntures	2	6.746.675	6.810.931	6.749.307	6.749.307

No que se refere aos demais ativos e passivos não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que:

- (i) Possuem prazo de recebimento e/ou pagamento médio inferior a 60 dias;
- (ii) São concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI;
- (iii) Não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros compatíveis.

22.4. Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração do Grupo define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. O Grupo através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2026, não houve mudança na metodologia de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

23. Riscos regulatórios e ambientais

a) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

b) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução dos negócios do Grupo e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

- i. Risco de interrupção do serviço:** em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável (PV), prevista na REN nº 905/2020, que aprovou a redação do Módulo 4 – Prestação dos Serviços das Regras dos Serviços de Transmissão. O tipo de Parcela Variável aplicada depende do tipo de ocorrência de desligamento, do equipamento e duração da indisponibilidade ou atraso na entrada em operação dos serviços de Transmissão; as modalidades são: PVA, PVI ou PVRO, a depender das noções comentadas acima.
- ii. Risco regulatório:** caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia.
- iii. Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura:** caso o Grupo expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

c) Riscos ambientais

O Grupo baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem

como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, o Grupo realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, o Grupo tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, o Grupo utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

24. Demonstrações dos fluxos de caixa

Mudanças nos passivos decorrentes das atividades de financiamento

As movimentações dos passivos, incluindo alterações decorrentes de fluxos de caixa e outros movimentos que não afetaram caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Consolidado	31/12/2025	Captação	Fluxos de Caixa	Pagamento de juros	Outros (*)	30/06/2026
Empréstimos e financiamentos	4.157.949	-	(114.151)	(126.948)	209.258	4.126.108
Debêntures	2.591.358	400.000	(453.534)	(82.877)	165.620	2.620.567
Dividendos a pagar	512.734	-	(476.869)			35.865
Total	7.262.041	400.000	(1.044.554)	(209.825)	374.878	6.782.540

(*) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas.

25. Seguros

O Grupo tem por política manter cobertura de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, com o objetivo de salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados, em 30 de junho de 2026, estão demonstradas a seguir:

Risco	Vigência	Importância segurada
Risco Civil (i)	10/12/2025 a 10/12/2026	50.000
Risco Operacional (i)	10/12/2025 a 10/12/2026	160.000
Directors and Officers (i)	28/01/2026 a 28/01/2027	60.050

(i) Estas apólices cobrem a Verene e suas subsidiárias.

Diretoria Executiva

José Cherem Pinto,
Diretor Presidente

Ana Graciela Heugas Granato,
Diretora

Juliana Silva Gomes Madureira
Contadora
CRC RJ 116.377/O